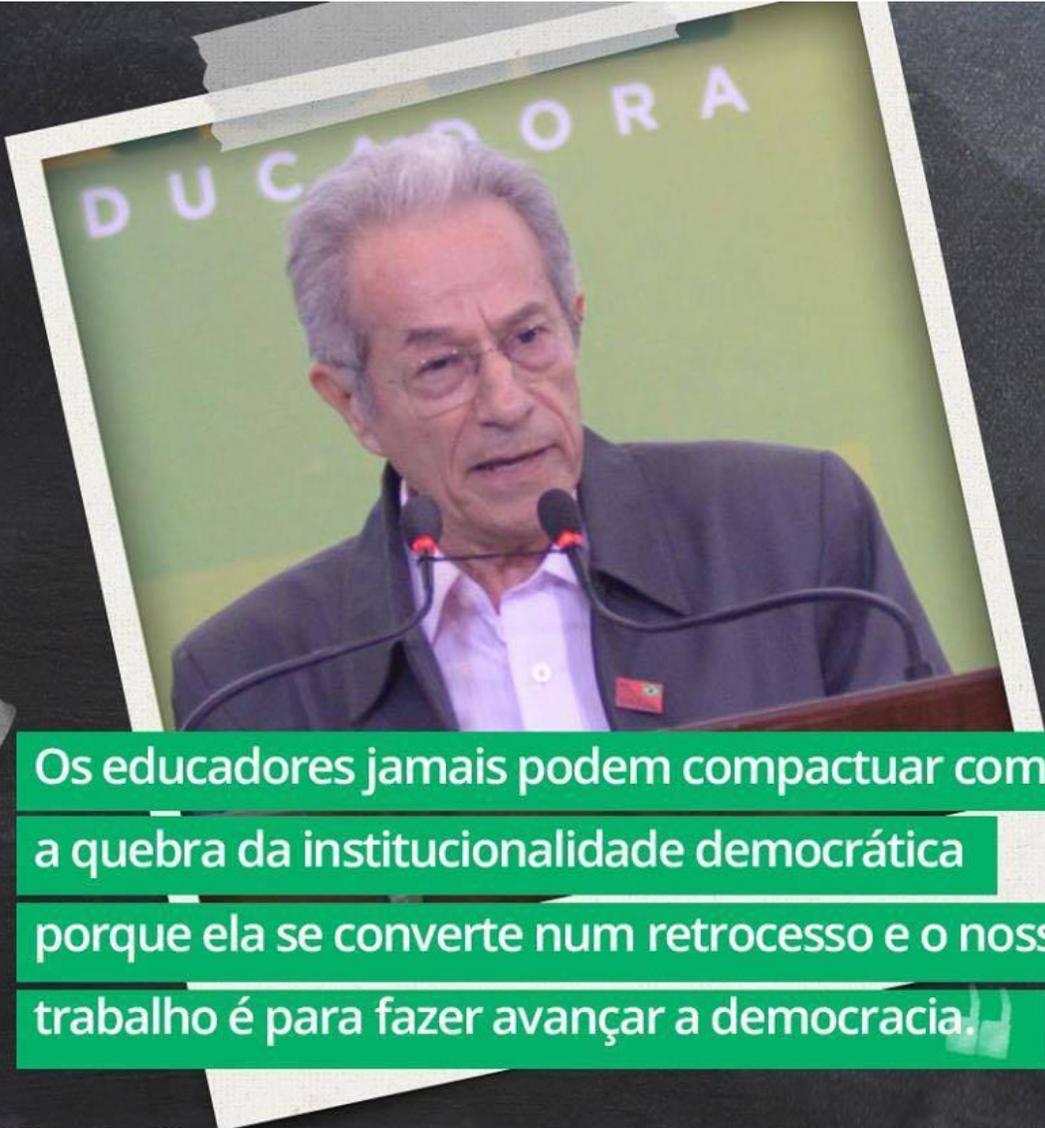


“Mulher, identidade e classe”

Profa. Dra. Iracema Santos do Nascimento

29º Congresso de Educação SINPEEM, 16/10/2018

Sobre os golpes...



Os educadores jamais podem compactuar com a quebra da institucionalidade democrática porque ela se converte num retrocesso e o nosso trabalho é para fazer avançar a democracia.

#EmDefesa
Da Democracia

Dermeval Saviani
Filósofo e pedagogo

Brasil Colônia

- Docência exercida por homens (jesuítas); aulas régias e independentes.
- A mulher na educação (como estudantes ou professoras): primeiro exclusão, depois inclusão parcial e discriminada, refletindo sujeição da mulher branca e escravidão das negras e indígenas.
- Crenças religiosas e discursos científicos justificavam lugar e papel social da mulher.
- Opções da mulher branca de elite: vida religiosa ou casamento, confinamento ao lar (local de proteção à sua fragilidade e pureza); educadas para mandar no lar.
- Mulher negra: violações e violência; trabalho forçado (na escravidão). Obs.: aos escravos era proibido aprender ler e escrever.

Brasil Império

- 1808: abertura de escolas para homens e mulheres. Cursos superiores (medicina, engenharia e direito) só p/ homens.
- 1824: 1ª Constituição do Império, instrução primária gratuita a todos os cidadãos (população livre e vacinada, art. 179).
- 1ª Lei de Instrução Pública, 15 de outubro de 1827: criação das escolas de primeiras letras; primeira lei que permitiu a participação das mulheres nas escolas, de forma limitada. Currículo: ler, escrever, quatro operações. Meninos: geometria; Meninas: costura. Professoras: “senhoras honestas”.
- 1831, decreto de 27 de agosto prevê salários menores p/ candidatos não aprovados em concurso público.

Brasil Império

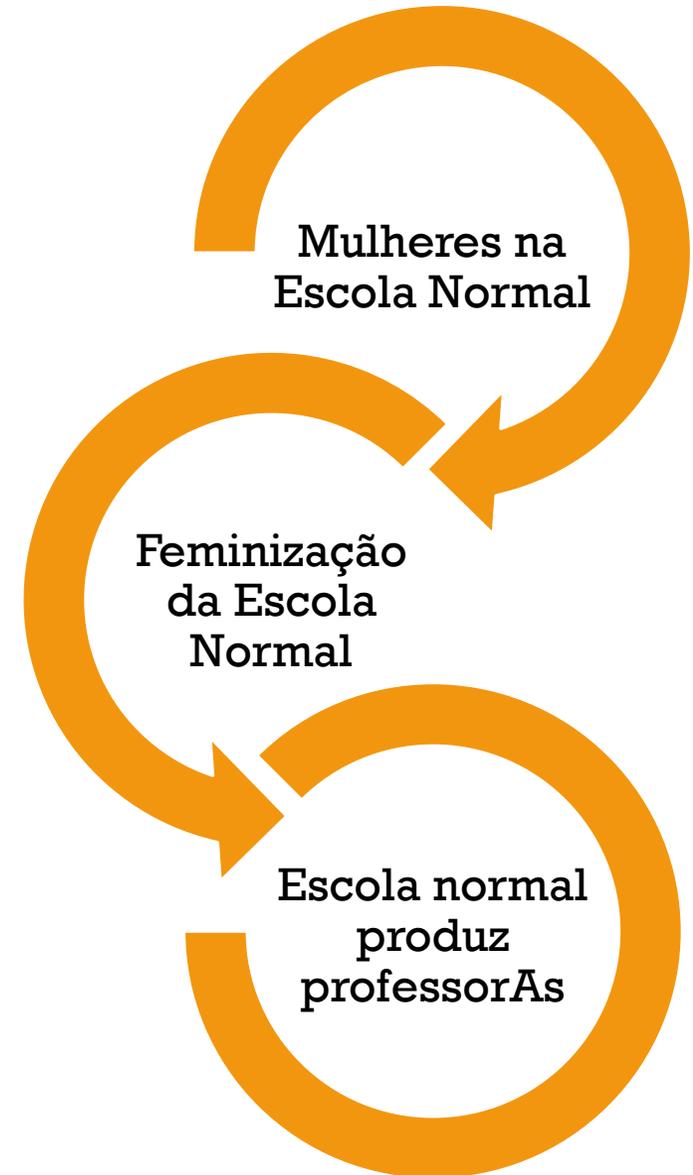
- 1835: diante da falta de professores nas escolas de primeiras letras em todo o território nacional, permite-se acesso de mulheres às Escolas Normais, em salas separadas (formar professoras p/ escolas primárias de meninas). Não dava acesso ao ensino superior (equivalência só acontece na LDB 1961).
- Lei n. 1 de 1837 + Decreto n° 15, de 1839: proibiam pessoas com moléstias contagiosas, escravos e os pretos africanos, mesmo livres ou libertos, de frequentar as escolas públicas.
- 1854, decreto 13.331, art. 69: proibição de admissão e de frequência de escravos às escolas.
- 1871, Lei do Ventre Livre: início do acesso de crianças negras livres à escola.
- 1881: Decreto Imperial permite às mulheres o acesso ao ensino superior.

Feminização do magistério

- 1874: mulheres já eram maioria nas Escolas Normais. Isso preocupava parte das autoridades (insensatez, mulheres incapazes), enquanto outra parte arranjava justificativas: mulheres eram “naturais educadoras” (de seus filhos e dos outros), a educação escolar era uma extensão (ou substituição) da maternidade.
- Com a urbanização e industrialização, homens tinham mais opções de trabalho (mais vantajosas) e a docência já se configurava como trabalho *de mulher*. Para as mulheres brancas, era a única oportunidade de ampliar seu universo (confinado ao lar e à igreja).

A Escola Normal

- A Escola Normal passa a produzir professorAs, não mais docentEs. Tudo nessa escola (tempo e espaço escolar) e na profissão vai se organizando em torno do sexo, incluindo cercamento da sexualidade e o controle dos corpos. Atenção a características específicas (LOURO, 2004, p. 455)
- Vai-se atribuindo à docência características “tipicamente femininas”: minuciosidade, amor, cuidado, doação, sacerdócio.
- Ao mesmo tempo, o Estado vai se tornando mais controlador e as docentes vão perdendo cada vez mais autonomia.



Contexto da feminização do magistério

- Qualquer trabalho remunerado representava ameaça à feminilidade, portanto, era tomado sempre como *passageiro, provisório, fruto de fatalidade*.
- Casamento / maternidade x trabalho remunerado

Verdadeira
carreira
feminina

Risco p/ as
funções
sociais da
mulher

Tal incompatibilidade
configura-se como uma
***construção social
persistente.***

Aceitação das mulheres no trabalho como professoras

- Assim, a formação das mulheres para o magistério e seu trabalho como docentes são justificados e aceitos como prolongamento da atuação no lar, como exercício de características “naturais”, preparação de moças “casadoiras”, como atividade nobre e importante função social numa sociedade que se urbanizava e buscava fugir do atraso, da rusticidade, em que a escola tinha a missão de higienizadora, moralizadora, controladora (controle para o autocontrole – dos corpos).
- Culto da domesticidade. A mulher também tinha autoridade: em casa... Discurso machista que se perpetua como grande vantagem...

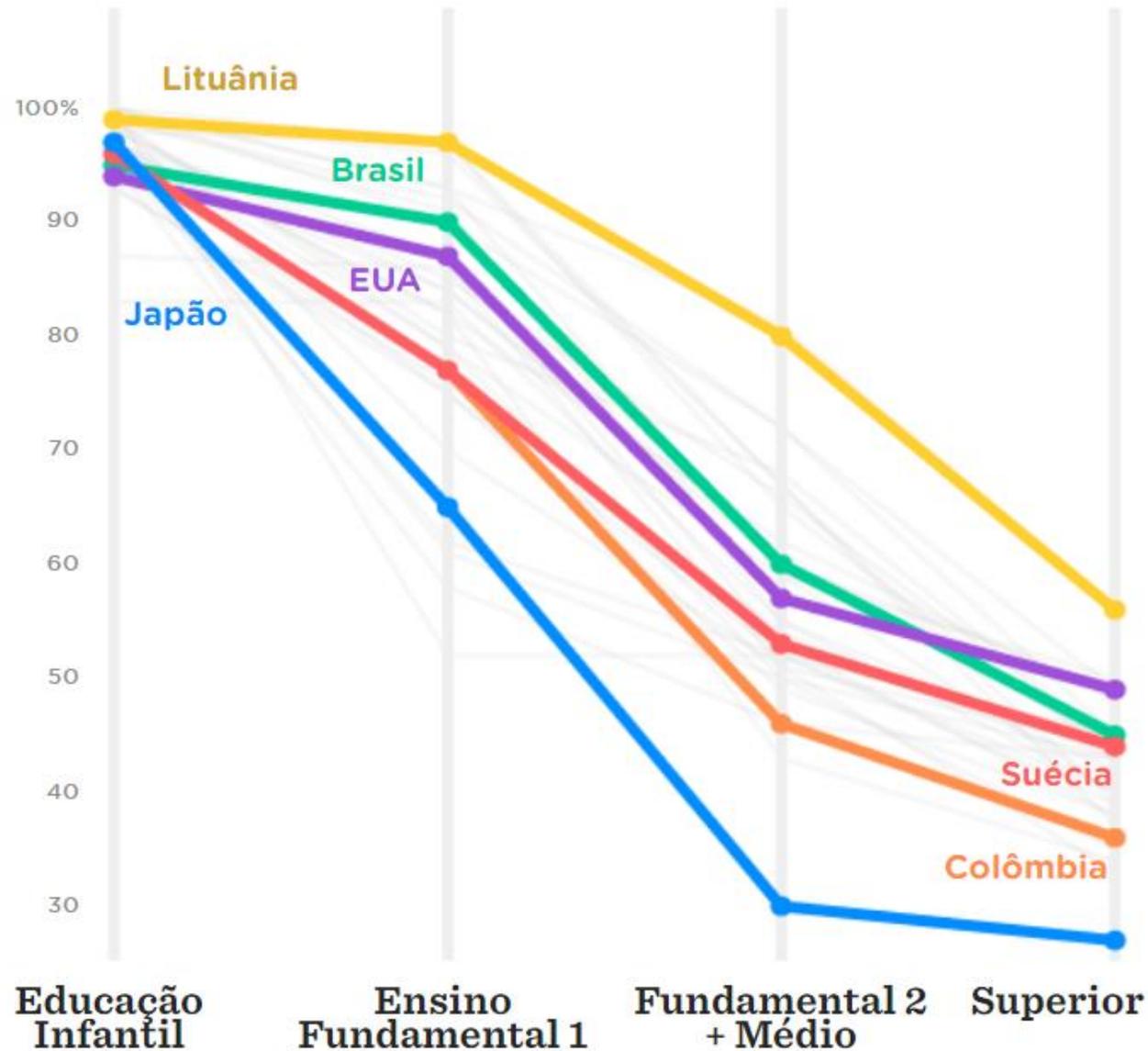
Representações sobre professoras

- **Profissionalização que desprofissionaliza: doação, amor, escola como segundo lar, alunos como família.**
- **Representações sobre a mulher professora / profissão docente predominantemente feminina: expressam valores éticos e estéticos; são ambíguas, múltiplas, contraditórias (mulher-professora frágil, severa, autoritária); construídas nas “dependências do poder e com efeitos de poder” (LOURO, 2004, p. 465); mudam e permanecem com o passar do tempo; os mesmos termos podem assumir significados diferentes.**
- **Discursos construídos para “fazer caber”, para conter.**

Dados estatísticos /Censo Escolar 2017

- **2,2 milhões de docentes** atuam na educação básica brasileira: 557,5 mil na EI; 1,4 milhões no EF (761,7 anos iniciais e 764,7 anos finais); 509,8 mil no EM.
- As professoras são maioria na educação básica (**80%** de todos os docentes). A maior parte delas (52,2%) tem mais de 40 anos.
- **96,6%** dos docentes da **educação infantil** são do sexo feminino. Dessas, 54,4% têm menos de 40 anos. Apenas 1,8% possuem mais de 60 anos.
- No ensino fundamental a maioria ainda é do sexo feminino. Nos **anos iniciais**, **90%** são do sexo feminino; nos **anos finais**, elas são 70%.
- Docentes do sexo feminino também são predominantes no **ensino médio**, mas a participação do sexo masculino é maior nessa etapa: **59,6% (sexo feminino)** e **40,4% (sexo masculino)**.

PROPORÇÃO DE MULHERES POR ETAPA DO ENSINO EM 2016



Fonte: Nexo Jornal, c/ dados da OCDE

Publicado em 14/10/2016.

Disponível em:

<https://www.nexojornal.com.br/grafico/2016/10/14/Os-professores-no-Brasil-e-no-mundo-por-g%C3%AAnero-e-idade>

Mulheres na educação

- Mestrado “A Ladainha do Homem Branco: Indústria de Livros Didáticos no Brasil e a Reprodução de Velhos Cânones” (Giovana Romano Sanchez, 2017, Universidade do Texas): nos três livros da coleção “História, Sociedade e Cidadania”, 789 (91,8%) dos 859 personagens mencionados são homens e 70 (8,2%) são mulheres. “As mulheres aparecem muito mais nos rodapés e caixas laterais de textos, ou seja, fora do eixo central da narrativa. Elas também são proporcionalmente menos nomeadas do que os homens e menos propensas a serem sujeitos de ações na história”. A coleção, de autoria de Alfredo Boulos Jr., publicada pela FTD, é a obra mais distribuída de história pelo PNLD de 2015 para o ensino médio público.
- Fonte: site Gênero e Número (5/10/2017).

PNE 2014-2024
(Lei
13.005/2014)

- Suprimidas menções às questões de gênero e orientação sexual, diante da pressão de setores religiosos conservadores.
- O trecho que estabelecia a “superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual”, foi substituído por “superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação”.